

[Handwritten signature]
17
[Handwritten initials]

-----ATA Nº 1-----

-----Aos vinte e dois dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e um, pelas dezoito horas e quarenta minutos, realizou-se no Auditório da Escola EB 2,3 de Santo António, situada na Rua Reitor Teixeira Guedes, nº. 72 em Faro, uma Assembleia ordinária da União das Freguesias de Faro (Sé e São Pedro), convocada a quinze de dezembro de dois mil e vinte e um, pelo Excelentíssimo Senhor Presidente, Ezequiel Mendonça Canário, nos termos do disposto no número 1 do artigo 11 da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

Ponto um: Período antes da ordem do dia; -----

Ponto dois: Período de intervenção e esclarecimentos destinados ao público; -

Ponto três: Verificação da conformidade dos requisitos do exercício de funções a meio tempo de dois vogais do Executivo; -----

Ponto quatro: Discussão e votação dos documentos Previsionais para o ano 2022 - Opções do Plano e Orçamento; -----

Ponto cinco: Apreciação e autorização do Aditamento ao Auto de Transferências de Competências entre o Município de Faro e a União das Freguesias de Faro (Sé e São Pedro); -----

Ponto seis: Discussão e Votação do Regulamento do cartão "Viver Faro"; -----

Ponto sete: Discussão e Votação do Regulamento de Taxas e Licenças; -----

Ponto oito: Apreciação da informação escrita do Presidente acerca da atividade e situação financeira da União das Freguesias de Faro (Sé e São Pedro). -----

-----Constatada a existência de quórum, às dezoito horas e quarenta minutos, o Sr. Presidente da Assembleia, deu início à sessão começando por ler a Convocatória, seguindo-se a informação da correspondência recebida, nomeadamente alguns pedidos de substituição que se anexam a esta ata, pelo que procedeu-se à prévia tomada de posse dos seguintes deputados: -----

O membro do PSD, Luís Augusto Morais Fontinha, substituído por Margarida Isabel Henriques de Sousa Vasconcelos; -----

O membro do PS, Luísa Isabel Ramos Rosa da Cunha, substituída por Paulo Jorge de Almeida Gonçalves Teixeira, e não por Nathalie Christine Damião Santos, por esta se encontrar no estrangeiro, conforme justificação da própria que se anexa a esta ata; -----

O membro da CDU, Ricardo Miguel Rodrigues Catarro, substituído por Maria Inês Pacheco Lima Nobre Barradas; -----

-----Assim sendo, à hora de início dos trabalhos estavam presentes os dezanove membros eleitos na reunião de Assembleia: PSD - Ezequiel Mendonça Canário, Luís Miguel da Silva Vicente Gabadinho, Delmira Rosa Garrochinho Cipriano Silva, Michael Salvador Ferrada, Luciano Francisco Baptista Santos, Margarida Isabel Henriques de Sousa Vasconcelos, Nuno Miguel Lopes da Silva e Rita Maria Gago Maleita; CDS/PP - Lígia Maria Pereira Santos; PS - Carlos Pedro Sousa Gordinho, Ana Luísa Garcia de Mendonça Santos, Catarina da Palma Martins Sena, Francisco Costa de Mendonça Loulé, Paulo Jorge de Almeida Gonçalves Teixeira, João Paulo de Almeida Sobral Matos e Duarte Rodrigo Tavares da Silva; CDU - Maria Inês Pacheco Lima Nobre Barradas; CH - Filipe José Martins Relêgo; BE - Nuno André Dias Rosa Viana.-----

-----Para além dos acima mencionados, também estiveram presentes o Presidente da União das Freguesias, Bruno Gonçalo de Azevedo Lage; o Secretário, José Carlos Jardim Ferreira Sousa; a Tesoureira, Elisabete Maria Romão Vargues; os Vogais, Davide Alcaria Domingos Alpestanda, Ilídia Honorato Tomé Jerónimo Santos Sério, Jorge Manuel Sismeiro Silva Pereira e Maria João Duarte Santos Ribeiro. -----

-----Iniciando formalmente a reunião, no Ponto um - Período antes da ordem do dia, o Senhor Presidente, Ezequiel Canário (PSD), depois de ler resumidamente o expediente remetido ao seu cuidado, informou que chegou à Mesa, pela seguinte ordem, um voto de pesar, três votos de louvor e duas moções, os quais se juntam em anexo a esta ata e dela fazem parte integrante. -----

-----Em continuação, foi apresentada em nome da Assembleia de Freguesia pela segunda secretária da mesa, Delmira Silva, um "Voto de Pesar pelo falecimento do funcionário da União das Freguesias de Faro, Sr. Fernando Fantasia". -----

-----Ao ser sujeito a votação, o voto foi aprovado por unanimidade, seguindo-se um minuto de silêncio em sua memória.-----

-----Seguiu-se o membro do PSD, Michael Ferrada, com a apresentação de um "Voto de Louvor - Museu Municipal de Faro com mais um Tesouro Nacional". --

-----A bancada do PS, na pessoa de Carlos Gordinho, associou-se a este voto e reforçou o trabalho árduo de todos os funcionários daquele Museu, realçando o trabalho do seu Diretor, Dr. Marco Lopes, pelo informou que o PS irá votar a favor. -----

-----Após a discussão, colocou-se a votação, o presente Voto de Louvor que foi aprovado por unanimidade. -----

-----Seguiu-se um voto de louvor, apresentado pelo membro do PSD, Margarida Vasconcelos, "Voto de Louvor - pela conquista, por Rita Salazar, do 1º lugar no Youth America Grand Prix". -----

-----O membro do PS, Paulo Teixeira, questionou o último parágrafo deste voto, assim como da anterior, onde o verbo "aprovar" deverá ser substituído, dado que "aprovar" só compete à Assembleia. -----

-----Esta observação recebeu o esclarecimento por parte do membro do PSD, Nuno Silva, de que o texto final deverá ser apresentado no seu teor definitivo, não obstante o resultado final da votação da Assembleia. -----

-----Após sujeito a votação, o Voto de Louvor foi aprovado por unanimidade. ----

-----De seguida foi apresentado pelo membro do PSD, Luciano Santos, o "Voto de Louvor - Pela Conquista, por Joana Santos, do título de Campeã Mundial de Judo". -----

-----Pela bancada do PS, o membro Carlos Gordinho, associou-se favoravelmente a estes dois Votos de Louvor de duas atletas farenses, mas quis realçar que gostaria que a União das Freguesias de Faro também tivesse um papel mais interventivo no que se refere a apoios para estas provas/competições dos nossos atletas, tendo recordado que na Junta outrora presidida pelo PS, haviam sido aprovados subsídios para alguns atletas. Acrescentou ainda que aceitam o texto em formato final dos três últimos votos, onde é mencionado "aprovar", tendo em conta serem votos de louvor e porque não pretendem prejudicar as jovens em questão, porém, advertem que futuramente as propostas deverão ser apresentadas em formato "propõe-se", tal como foi no primeiro voto,

e, posteriormente os membros da Assembleia é que irão decidir se aprovam ou não. -----

-----Tomou a palavra o senhor Presidente da União das Freguesias de Faro para esclarecer que, habitualmente o Executivo não tem por hábito imiscuir-se nos trabalhos da Assembleia quanto às moções e votos de louvor, mas perante a citação do membro do PS, ao manifestar o desejo desta Freguesia em apoiar os atletas farenses, sentiu-se no dever de informar o senhor Presidente da Mesa que nos quatro anos passados, a Junta da União das Freguesias de Faro sempre apoiou todas as solicitações, quer de clubes desportivos quer de associações, tendo para tal, sido aprovado um regulamento relativo à forma como esses subsídios ou apoios são atribuídos. -----

-----Não existindo mais intervenções, foi o Voto de Louvor sujeito a votação e aprovado por unanimidade. -----

-----A moção seguinte foi apresentada pela bancada da CDU, pelo membro Maria Inês Nobre, "Pelo fim das Portagens na Via do Infante", tendo o Sr. Presidente da Assembleia solicitado que de futuro as moções sejam enviadas atempadamente. -----

-----Após apresentação da mesma, iniciou-se um período de intervenções. -----

-----O membro do PS, Carlos Gordinho, lamentou o envio tardio desta moção e solicitou que no futuro, as moções sejam enviadas às bancadas com alguns dias de antecedência. Quanto à moção apresentada, sublinhou que o PS é um partido responsável e há que respeitar contratos assumidos, até porque já se reduziu em 50% o valor das portagens. Concordou com a extinção das referidas portagens, mas não pela via radical, e sublinhou que a EN 125 tem que ser toda requalificada de modo gradual, para que se torne alternativa à Via do Infante, pelo que o PS se irá abster. -----

-----O membro do CHEGA (CH), Filipe Relêgo, solicitou que as moções fossem entregues num período mínimo de vinte e quatro horas, pelo que sugeriu que no próprio regimento fosse estimado um prazo limite para entrega das mesmas. Quanto à moção apresentada, indubitavelmente o CH é a favor da abolição das portagens, pois considera que este assunto tem sido muito falado nos últimos seis anos e que em nada se alterou. Referiu ainda que esta questão já havia sido apresentada pelo deputado do PSD à Assembleia da República, Cristóvão Norte, na Assembleia da República. Por fim reiterou que o CH é contra a cobrança de valores, mas indo ao encontro do deputado socialista, este assunto deveria ser abordado de forma responsável e realista, pelo que o CH irá votar contra. -----

-----Seguidamente o membro do PSD, Nuno Silva, começou por cumprimentar a Mesa, o Executivo e restantes membros da Junta de Freguesia, desejou um mandato profícuo ao longo destes quatro anos, de modo a pugnar pelos direitos e melhores condições de vida dos fregueses. Quanto à moção apresentada, realçou haver duas formas para discutir esta moção - criar-se abertura ao diálogo ou simplesmente colocar a politiquice na discussão, isto é, passar as culpas de uns para outros, o que a seu ver não seria benéfico a nenhuma bancada. Assim, exortou a CDU a rever os termos da moção, de modo a haver um entendimento entre todas as bancadas e apresentar-se a uma só voz, aquilo que na generalidade todos os fregueses e algarvios pretendem, que é abolir as

portagens na Via do Infante. O PSD pelo exposto não pode votar a favor, pelo que se abstém. -----

-----De seguida, Nuno Silva, associou-se às bancadas do PS e CH, no sentido de haver um esforço coletivo de todas as bancadas, por forma a apresentarem as moções a tempo de serem lidas e analisadas. Incitou também todas as bancadas para que apresentem as moções de forma objetiva e aquando da votação, procedam de forma séria e construtiva. -----

-----Não havendo mais intervenções, esta moção foi colocada a votação, tendo sido aprovada, com um voto contra do CH (1), dezasseis abstenções do PSD (8), do PS (7) e do CDS (1), e dois votos a favor do CDU (1) e BE(1). ----- Seguiu-se uma outra moção apresentada pelo membro da CDU, Maria Inês Nobre, "Pelo direito à habitação". -----

-----O membro do PS, Carlos Gordinho, referiu que o conteúdo desta moção coincide com uma das bandeiras do PS que é custos controlados das rendas, habitações para jovens, pelo que apoiará a mesma, até porque na última Assembleia Municipal foi o PS que apresentou proposta do plano de habitação social em Faro. Acrescentou que o governo em exercício (PS), tem tido essa mesma preocupação, porém o OE 2022 não foi viabilizado, onde constava numa das vertentes do PRR.-----

-----O membro do CH, Filipe Relêgo, tomou da palavra e disse que o assunto é premente, apresenta complexidade por falta de políticas, até porque nos últimos seis anos muito ficou por fazer e o problema agrava-se gradualmente, pelo que abstém-se por o CH não se rever na íntegra nesta moção. -----

-----Não havendo mais intervenções, esta moção, foi colocada a votação, tendo sido aprovada com dez abstenções do PSD (8), do CDS (1) e do CH (1), e nove votos a favor do PS (7), do CDU (1) e do BE (1).-----

-----O Presidente da Assembleia deu a palavra ao membro do PS, Carlos Gordinho, para em nome da bancada do PS, saudar publicamente o Senhor Presidente da Junta da União das Freguesias de Faro, o Executivo e a Mesa, e informar que irão exercer no futuro uma oposição construtiva, vigilante e fiscalizadora, que trarão propostas para que a UFF valorize a qualidade de quem aqui vive. Acerca do horário das assembleias, apelou ao senhor Presidente da Assembleia para que as reuniões passem para as vinte horas ou voltassem para as vinte uma horas, tendo em conta o local de trabalho e horário de alguns membros, bem como descentralizar as mesmas para outros locais da freguesia, por exemplo no Patacão ou nas ilhas, uma vez que não estão a realizar-se na sede da Junta. Também solicitou para que as convocatórias sejam enviadas com mais antecedência, apelou para que a realização das atas seja mais célere do que no mandato anterior e voltou a referir que as moções devam ser apresentadas em tempo útil para a devida apreciação. Por fim sugeriu que se faça uma revisão do atual Regimento. -----

-----O Presidente da Junta da União das Freguesias de Faro, recebeu com satisfação o propósito de todas as forças políticas conjugarem esforços num só sentido para uma Junta mais robusta e mais coesa. Em resposta à observação feita pelo elemento do PS, Carlos Gordinho, que a UFF dedica-se em demasia à Avenida 5 de Outubro, realçou o trabalho executado no início do mandato anterior, em toda a área territorial desta freguesia, desde adquirir um trator para

execução de certos trabalhos, como limpar bermas, alcatroar caminhos, e presentear os ilhéus com cabazes de Natal e de Páscoa, sendo atualmente a Avenida 5 de Outubro um dos sítios com menor investimento, para além de zelar pelo mobiliário urbano e outros equipamentos e espaços verdes em todo o território. -----

Ponto dois - Período de intervenção e esclarecimentos destinados ao público. -- Não houve intervenção do público. -----

Ponto três - Verificação da conformidade dos requisitos do exercício de funções a meio tempo de dois vogais do Executivo -----

----Luis Gabadinho, primeiro secretário da mesa, informou os presentes dos requisitos necessários para o exercício de funções a meio tempo num Executivo e que no caso em concreto desta Junta de Freguesia, os mesmos estão garantidos, não ultrapassando os valores estipulados. -----

----O membro do PS, Ana Santos, referiu que a bancada do PS nada tem nada a opor, por constar nos Estatutos e na própria lei, porém quanto à parte orçamental, a UFF poderá fazer muito mais e melhor, tendo em conta os valores apresentados e acrescido de mais estes dois elementos/vogais. -----

----Não havendo mais intervenções, e por tratar-se de uma informação da competência do Presidente da Junta da União das Freguesias de Faro, a qual foi dado conhecimento prévio a todas as bancadas para se verificar o cumprimento dos requisitos exigidos por lei, estando os mesmos cumpridos, encerrou-se o ponto três. -----

Ponto quatro - Discussão e votação dos documentos Previsionais para o ano 2022 - Opções do Plano e Orçamento -----

----O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia, Bruno Lage, para apresentar o documento. O presidente Bruno Lage agradeceu e anunciou que, com a devida autorização do sr. presidente da Assembleia iria ser feita uma apresentação em duas partes: a primeira, são as Opções do Plano e a segunda o Orçamento propriamente dito que será apresentado pela sr.^a tesoureira Elisabete Vargues.-----

----Bruno Lage referiu que antes da elaboração final do documento, foram ouvidos todos os partidos, nomeadamente o PSD, CDS e o PS, CDU, CH e BE, no âmbito do estatuto da oposição. Evidenciou o facto de que este documento tem todas as propostas que foram sugeridas pelas forças políticas BE e CH, fruto de uma oposição construtiva e responsável. Este Orçamento tem nove linhas orientadoras, nomeadamente: 1 – Administração e representações da União das Freguesias; 2 – Ação Social e Saúde; 3 – Cidadania e Coesão Territorial; 4 – Ambiente e Sustentabilidade; 5 – Jardins e Espaços Verdes; 6 – Cultura e Eventos; 7 – Desporto e Tempos Livres; 8 – Ensino Básico (1º ciclo); 7- Infraestruturas e Equipamentos.-----

----Antes de apresentar as nove linhas orientadoras, Bruno Lage começou por referir que as freguesias constituem o pilar base da organização administrativa territorial do estado, zelando pela organização, planeamento e manutenção dos seus territórios. Têm a incumbência de promover e salvaguardar os interesses próprios das populações, em estreita articulação com os municípios-----

----A sua proximidade e facilidade de acesso aos cidadãos assume um referencial incontornável da sua atuação na resolução de problemas locais,

quotidianos, concretos e urgentes, na representatividade democrática e na defesa dos interesses coletivos da comunidade.-----

-----Ao mesmo tempo, as freguesias têm também contribuído ao longo de quarenta e sete anos de poder local democrático, para o desenvolvimento regional, para o combate às assimetrias, para o progresso e desenvolvimento dos territórios e para o apoio sociocultural às populações locais, contribuindo de forma efetiva para a coesão territorial e social do nosso país.-----

-----Em Faro não é diferente e por isso, a política autarca do atual executivo da Junta da União das Freguesias de Faro, tendo como foco as premissas anteriormente mencionadas, tem como referência a Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável, liderada pela Organização das Nações Unidas (ONU), nomeadamente os objetivos (ODS) que se aplicam à gestão autárquica e às competências específicas desta Junta de Freguesia.-----

-----Neste âmbito e sem prejuízo dos restantes ODS transversais à implementação de políticas autárquicas e de sustentabilidade, destacamos o ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis, nas metas relativas à mobilidade sustentável, ao incentivo a uma comunidade participativa e inclusiva e aos esforços para proteger e salvaguardar o património cultural e natural.-----

-----Destaca-se também o ODS 8 - Trabalho digno e crescimento económico, nomeadamente nas metas relacionadas com o empreendedorismo e a implementação de políticas para promover o turismo sustentável que promova a cultura e os produtos locais.-----

-----A visão deste executivo integra ainda o ODS 12 - Produção e consumos sustentáveis, nomeadamente na meta de reduzir substancialmente os resíduos produzidos, por meio de iniciativas que visem a prevenção, redução, reciclagem e reutilização. Contudo, não pretendemos negligenciar o ODS 10 – Reduzir desigualdades, através da meta revigorar e promover a inclusão social, económica e política de todos, independentemente da idade, género, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição económica ou outra, o ODS 13 – Ação Climática, através das metas do reforço da resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados com o clima e as catástrofes naturais e o ODS 14 – Proteger a vida marinha através da meta que visa prevenir e reduzir significativamente a poluição marítima de todos os tipos, especialmente a que advém de atividades terrestres, incluindo detritos marinhos e a poluição por nutrientes.-----

-----Para além disso, o eixo da vitalidade cultural, num modelo de sustentabilidade, é por nós considerado como o fator transversal aos eixos tradicionais (ambiente, economia e social), o qual permite aos territórios manter a sua identidade.-----

-----Uma política de vitalidade cultural, em todas as suas dimensões, do património às tradições, deverá ser o objetivo a prosseguir para garantirmos um modelo de desenvolvimento sustentável do nosso território, o qual potenciará uma verdadeira coesão territorial.-----

-----O fim último da atividade do autarca é potenciar qualidade de vida no seu território para os seus habitantes, que se manifesta no grau de felicidade dos mesmos. A procura pela homogeneização de elevados padrões de qualidade de vida nos territórios, pela sua prosperidade económica, sustentabilidade

RL
9C
dl

ambiental e equidade social, só resultará na felicidade dos seus habitantes se conseguirmos preservar a sua identidade cultural.-----

-----Neste contexto, a elaboração das Opções do Plano e Orçamento desta União de Freguesias, refletem os objetivos e as orientações programáticas delineadas no âmbito das atividades a desenvolver bem como a assunção dos compromissos assumidos e de afirmação das ações de reconhecida importância e mérito para a nossa União de Freguesias. As Opções do Plano da União das Freguesias de Faro, que agora é apresentado, identificam as principais linhas de atuação a desenvolver ao longo de 2022, tendo em linha de conta as competências desta autarquia.-----

-----É nosso intuito continuar a desenvolver uma política de proximidade ao cidadão, assim como de valorização do serviço público. Tendo estes pressupostos, as atividades que se prevêm, serão desenvolvidas, para e com os cidadãos, em parceria com entidades públicas e privadas sem fins lucrativos, sem esquecer os problemas inerentes à crise pandémica, provocada pela doença COVID-19, que, apesar da existência de vacinas que reduz substancialmente os casos de gravidade desta doença, não impede ainda o seu contágio, que aliado à ausência concreta de tratamento, lança ainda uma nuvem de incerteza sobre o modo de atuação e à necessidade de medidas efetivas para minimizar os efeitos desta pandemia sobretudo ao nível social e económico.-----

-----A este propósito, é de referir que o associativismo, as instituições da nossa freguesia e os seus eventos e iniciativas, quer desportivas, quer culturais, continuarão, apesar das limitações já referidas provocadas pela COVID-19, a ter uma especial atenção por parte deste executivo. Por isso, esta União de Freguesias não abdicará, de acordo com as suas possibilidades, de apoiar quer financeiramente, quer logisticamente estas entidades. Só assim podemos continuar a assegurar a solidariedade, a entreajuda, a cultura, o desporto e a promoção da identidade da nossa terra. Entendemos que é importante construirmos com a ajuda de todos uma Freguesia mais próspera, com mais qualidade de vida, mais solidária, mais amiga do ambiente, mais sustentável e com mais coesão social e territorial.-----

-----Continuaremos a ceder viaturas de acordo com o regulamento de cedência e é nossa ambição colaborar com a Câmara Municipal de Faro, ou com outras entidades, em todas as ações e iniciativas que visem o aumento da atratividade e notoriedade de Faro e, do território da nossa freguesia, bem como a melhoria do bem-estar e da qualidade de vida da população.-----

-----Após a explanação do sr. presidente Bruno Lage, foi dada a palavra à Sra. Tesoureira, Elisabete Vargues, que apresentou as linhas gerais que levaram à construção do orçamento, que foi feito segundo as novas regras do Sistema Normalização para a Administração Pública – SNC-AP, conjugando as normas que se mantêm do POCAL. Assim, ao nível das receitas próprias o valor obtido tem em conta os últimos vinte e quatro meses, até setembro de 2021, ou seja, foi feita uma análise aos valores coletados desde setembro de 2019 até ao mesmo mês de 2021, exceto nos casos em que a receita não tenha existido (o que não acontece em nenhuma das rúbricas) ou onde houve uma acentuada queda devido ao Estado de Emergência que levou à não existência de determinadas receitas. No caso das iniciativas que estavam previstas, mas não

se realizaram nos anos de 2020 e 2021, os valores patentes do orçamento são idênticos aos do ano em que estas se realizaram.-----

-----Desta forma foi apresentado o valor da receita e da despesa constante no Orçamento da União das Freguesias de Faro, para o ano de 2022.-----

O valor total do orçamento é de 1 241 220€ (um milhão duzentos e quarenta e um mil duzentos e vinte euros), sendo que deste 86 000€ (oitenta e seis mil euros) se referem a receitas capital, provenientes quer do contrato Interadministrativo existente com o Município de Faro (85 000€), quer da hipotética venda de uma das carrinhas que serve de apoio ao serviço externo (1 000€) e 1 155 220,21€ se referem a receitas correntes.-----

-----No que concerne às receitas correntes, grande parte das mesmas são provenientes do Fundo de Financiamento de Freguesias. Relembrou a Sra. Tesoureira que o orçamento tem por base o valor que foi transferido no ano de 2021, visto que o Orçamento de Estado para 2022 foi chumbado e os valores que nesse se encontram não podem ser contemplados no documento autárquico agora apresentado. Apesar de os valores das receitas não sofrerem alterações, o Orçamento da União das Freguesias de Faro, contempla os previsíveis aumentos de ordenado, quer para os funcionários públicos, quer para os funcionários a exercer funções públicas, neste caso, aumentos que podem chegar aos 0,9% nos colaboradores que auferem mais do que o ordenado mínimo e aumento do salário mínimo para os 705€ (setecentos e cinco euros).--

-----As transferências correntes provenientes do auto de transferência de competências do Município de Faro para esta autarquia, sofreu um ligeiro aumento, tendo em conta, não só a atualização do valor pago por cada metro quadrado, como o facto de existirem alterações em relação à área de intervenção da União das Freguesias de Faro, pelo que o valor que nos é transferido mensalmente pela Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL), será, anualmente, de 46 744,21€. Foi ainda evidenciado o facto de o valor estimado para o Imposto Municipal sobre Imóveis ter sido alcançado pelo histórico dos anos anteriores, visto que não existe qualquer informação da Administração Central sobre o mesmo, quando é pago, ou ao que se refere.-----

-----No que concerne à despesa, a Sra. Tesoureira fez uma análise a todos os gastos que se preveem e porque se preveem, destacando alguns valores mais prementes. Assim, 53% do valor contemplado em despesas corrente destinam-se ao pagamento dos Recursos Humanos desta autarquias e consequentes obrigações legais devido aos mesmos, nomeadamente, pagamentos à segurança social ou ao sistema nacional de saúde. Assim, entre salários, subsídios e obrigações legais decorrentes dos colaboradores desta autarquia, o valor contemplado para despesas com o pessoal é de 613 800€. No que se refere à aquisição de bens, este valor é de 124 108€ (11%), sendo que as rubricas com valores mais elevados se prendem com os bens necessários ao normal funcionamento desta autarquia, nomeadamente, artigos de papelaria e combustíveis. No que se refere às despesas com serviços, os valores mais expressivos referem-se aos serviços técnicos na área da jardinagem, que não podem ser executados pelos colaboradores internos, e aos serviços contratualizados para a água, eletricidade, locação de bens (nomeadamente fotocopiadora, gestão de programas informáticos) e comunicações (telemóveis,

9
12
26

telefones fixos e envio de correspondência). No que se refere às Transferências Correntes, estas contemplam valores em linha com o ano anterior, quer no que se refere às instituições sem fins lucrativos, quer aos programas ocupacionais. Para terminar a Sra. Tesoureira lembrou que a elaboração do orçamento tem por regra verificar quais as receitas previsíveis (sem as inflacionar) e só depois as despesas, pois tem sido apanágio deste executivo não gastar aquilo que não recebe, daí os índices de execução ser acima dos 95% e não haver qualquer desequilíbrio no documento. Assim, apesar de nos últimos anos, devido à pandemia, ter havido uma maior flexibilidade nas despesas, tendo havido permissão para hipotéticos desequilíbrios entre receitas e despesas correntes e de capital, os valores apresentados nas receitas correntes cobriram, sempre, as despesas correntes, não havendo necessidade de recorrer ao saldo de gerência para pagar despesas correntes.-----

-----Após a apresentação das linhas gerais dos valores constantes no orçamento, a Sra Tesoureira ficou à disposição para qualquer pergunta que os eleitos pudessem ter.-----

-----Após a nota explicativa do documento em questão, o Presidente da Assembleia, Ezequiel Canário, abriu um período de esclarecimentos. -----

-----O membro do CH, Filipe Relêgo, agradeceu o facto do Executivo ter sido recetivo às propostas da oposição, e afirmou que o intuito do CH é trabalhar em prole da União das Freguesias de Faro, pelo que apresentou medidas nas linhas orientadoras, o que acresceu valor ao que já estava traçado. Felicitou o Presidente da Junta pela apresentação de documento realista e ambicioso, e mostrou disponibilidade para eventual colaboração no que for possível. -----

-----Alertou para a correção no índice, onde só constam sete linhas orientadoras quando na realidade são nove, assim como o parágrafo que consta na área da cultura quando se trata de desporto. Pelo exposto o CH irá votar a favor. -----

-----De seguida o membro do PS, Ana Santos, considerou as Opções do Plano e Orçamento um programa ambicioso com uma estruturação bem definida.-----

-----Quanto à Agenda 2030, referiu que em relação aos dezassete objetivos existentes de Desenvolvimento Sustentável, a Junta inclui seis deles. Em relação ao ponto 2.2 - Ação Social e Saúde, não encontrou grande desenvolvimento em relação ao mandato anterior, no entanto considera ser bom. Ao realçar que a Junta tem uma boa equipa, um bom executivo, vê capacidade suficiente para na ação social recorrer a fundos comunitários e porque existem parcerias com instituições, apela a que seja a própria Junta a ser o promotor de algo na ação social. -----

-----O membro do PS, Carlos Gordinho, realçou tratar-se de um orçamento robusto com um milhão duzentos e quarenta e um mil euros. Seguidamente, recordou o passado com orgulho ao referir a gestão socialista a que pertenceu, com menor valor para gerir e menos funcionários. Assim, a bancada do PS pede agora mais ambição, daí sugerir um acréscimo no montante do Orçamento Participativo, considerando ser atualmente um dos bons projetos da UFF (União das Freguesias de Faro) com crescente adesão dos fregueses e algum investimento na freguesia. Pelo exposto, a bancada socialista absteve-se e apresentou posteriormente declaração de voto, que se anexa. -----

-----O membro do PSD, Nuno Silva, felicitou o deputado do PS, Carlos Gordinho, pela sua atitude e palavras, bem como também agradeceu o contributo que o CH e BE deram no Orçamento. Afirmou que a bancada do PSD está preparada para discutir pela positiva e sublinha que este orçamento é de todos para todos. A forma como o Presidente o apresentou ao pormenor, leva-nos a acreditar no espírito de continuidade e vincular a proximidade como grande desígnio para os próximos quatro anos nas várias áreas, com destaque para a ação social e na relação também para com as associações e instituições. E por fim disse que os membros do PSD irão acompanhar os trabalhos da Junta neste orçamento, no sentido de honrar os compromissos das boas práticas e boas contas, isto é, justificar a razão dos fregueses terem votado pela continuidade da coligação. ---

-----De seguida o membro da CDU, Maria Inês Nobre, apresentou algumas questões em relação à introdução no Plano da ODS 8 e 16, questionado se estão contemplados apoios às entidades produtivas ou se será só ao empreendedorismo e ao turismo. -----

-----Acrescentou ainda que no ODS 10 fala-se na inclusão social e económica, mas também na inclusão política, pelo que solicitou ao senhor Presidente que explique ao que se refere, pois parece que se exclui algo politicamente na nossa freguesia. No tema da inclusão fala-se num conceito que caiu há 50/60 anos - o conceito de raça. A comunidade científica considera que não há raças, por muito há a raça humana. Embora conste por tradução ou não no documento da ONU, considera não ficar bem na nossa freguesia ter este conceito de raça. -----

-----Em seguida referiu o facto de constar no Plano a preocupação do bem estar e qualidade de vida dos fregueses, porém o fator principal é resolver os problemas da habitação, infraestruturas e equipamentos, isto é, travar a escalada especulativa dos preços das casas e dos arrendamentos, o que considera ser um problema não só dos jovens e carenciados mas também da classe média. -----

-----Disse também apoiar as bolsas de voluntariado. -----

-----Quanto à limpeza de praias e espaços verdes considera tratar-se de um trabalho, e como tal deverá ser pago e não ser exercido em voluntariado. -----

-----Disse ainda não ter visto no Plano a tentativa de resolução da problemática dos sem abrigo. Atualmente pernoitam no Hospital, pelo que sugeriu encontrar-se uma solução para dormida e apoio, face ao Orçamento agora apresentado. -

-----E por fim questionou ao senhor Presidente se haveria estimativa para o saldo de gerência para dois mil e vinte e dois, e em caso afirmativo se já se sabia as principais áreas da sua aplicação. -----

-----Não havendo mais intervenções, o Presidente da UFF, Bruno Lage, agradeceu a honestidade política da parte de todos e esclareceu que o Executivo ouvirá e respeitará todos os partidos, pelo que incluirá todas as propostas que reconhecerem como aceitáveis. Quanto à raça e etnia, afirmou não se sentir mais ou menos racista, foi a ONU que o escreveu, e sublinhou que não será por estar escrito que se aceita.-----

-----Em relação à limpeza de praias e florestas considera um trabalho não só voluntário mas muito meritório, tal como o trabalho voluntário em associações, conforme projeto apresentado pelo BE e em que eu me revejo. -----

-----Quanto aos sem-abrigo, compete-nos a nós alertar as entidades competentes, o que sempre temos vindo a fazer. -----

-----Após sujeita a votação, a moção foi aprovada por maioria, com oito abstenções, do PS (7) e CDU(1), e onze votos a favor, do PSD (8), do CDS (1), do CH (1) e do BE (1). Segue em anexo a declaração de voto do PS. -----

-----Ponto cinco - "Apreciação e autorização do Aditamento ao Auto de Transferências de Competências entre o Município de Faro e a União das Freguesias de Faro (Sé e São Pedro)". -----

-----Tomou a palavra o Presidente da UFF, Bruno Lage, onde referiu que este documento já é do conhecimento de todas as forças políticas, porém realçou que todos os espaços verdes da cidade passam a estar sob a tutela da Freguesia, acrescido da limpeza das vias, espaços públicos, sarjetas e sumidouros na área rural fora da tutela da Câmara Municipal. Informou ainda da atualização de preços para fazer face ao aumento dos ordenados, inflação, subsídios de insalubridade, formação e equipamentos adequados.-----

-----Dado não haver intervenções sobre este ponto, foi colocada a votação, tendo sido aprovado por maioria, com uma abstenção do BE (1) e dezoito votos favoráveis do PSD (8), do CDS (1), do PS (7), da CDU (1) e do CH (1). -----

Ponto seis - Discussão e Votação do Regulamento do cartão "Viver Faro". -----

-----O Presidente da Freguesia informou que o regulamento esteve em consulta pública e agora foi apresentado para apreciação e votação. Esclareceu que o Cartão "Viver Faro" visa fomentar proximidade dos fregueses junto do comércio local e conseqüentemente a sua dinamização. -----

-----O membro do PS, Francisco Loulé, congratulou-se com esta iniciativa do Executivo, tendo realçado a coincidência com um dos pontos do programa socialista, o "Cartão do Freguês". -----

-----Não havendo mais intervenções, este ponto foi colocado a votação, tendo sido aprovado por maioria, com uma abstenção da CDU (1) e dezoito votos a favor, do PSD (8), do CDS (1), do PS (7), do CH (1) e do BE (1). -----

Ponto sete - "Discussão e Votação do Regulamento de Taxas e Licenças". -----

-----Dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia, Bruno Lage, este esclareceu que o regulamento se mantém praticamente inalterado, havendo só a registar uma atualização de valores, o que não ocorria há mais de onze anos. Entretanto, este projeto foi a consulta pública e não houve propostas. Fez-se um levantamento de várias freguesias, não só no Algarve, e concluiu-se que apesar desta atualização ainda somos das freguesias que apresenta as taxas mais baixas, pelo que de seguida informou a assembleia dos valores agora aplicados. -----

-----O membro da bancada do PS, Paulo Teixeira, considerou a taxa de crescimento muito alta e questionou o Executivo qual o critério aplicado, pois certamente não teria sido a taxa de inflação. -----

-----O Presidente da Freguesia, esclareceu que foi seguida a metodologia que consta no artigo quinto, onde indica a fórmula de cálculo no Projeto do Regulamento. -----

-----De seguida o membro do PS, Carlos Gordinho, realçou que os valores agora apresentados poderão tornar-se insuportáveis para algumas famílias. Por fim questionou se haverá isenção para cidadãos com carências económicas mais agravadas. Pelo exposto a bancada socialista irá abster-se. -----



Handwritten signature and initials in the top right corner of the page.

-----O Presidente, Bruno Lage, justificou que o Executivo não considera este aumento significativo, porque a Junta sempre tem previsto as isenções necessárias a aplicar a pessoas em situação de fragilidade económica, Instituições, IPSS's Clubes ou Associações, e advertiu também que ao comparar os valores praticados na Junta em Portimão, estes são muito mais elevados aos apresentados em Faro. Acrescentou ainda que uma Junta não tem que dar lucro mas também não tem que ter prejuízo, pelo que esta Junta é das que pratica os preços mais baixos em todo o país.-----

-----Sem mais intervenções, foi colocada a votação, sendo aprovado com oito abstenções do PS (7) e da CDU (1), e onze votos favoráveis do PSD (8), do CDS (1), do CH (1) e do BE (1). -----

Ponto oito - "Apreciação da informação escrita do Presidente acerca da atividade e situação financeira da União das Freguesias de Faro (Sé e S. Pedro)". -----

-----O Presidente Bruno Lage, nos termos da alínea e) do n.º 2 do art.º 9º da Lei n.º.75/2013 de 12 de Setembro na redação atual, e no âmbito das suas competências, apresentou para apreciação da Assembleia de Freguesia, a informação escrita das atividades desenvolvidas pela União das Freguesias de Faro bem como da sua situação financeira no período compreendido entre seis de setembro e quinze de dezembro, das quais referiu-se às que considerou de maior relevo, bem como explicou de forma sucinta a situação financeira da Junta da União das Freguesias de Faro. -----

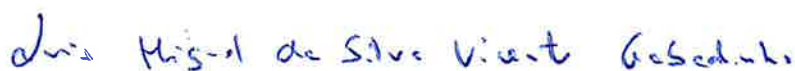
-----Finalizado o Ponto oito e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão.-----

O Presidente da Assembleia de Freguesia



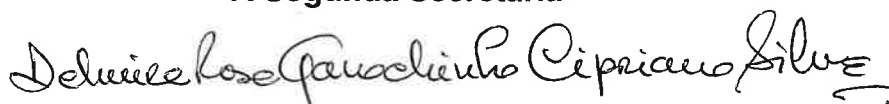
(Ezequiel Mendonça Canário)

O Primeiro Secretário



(Luís Gabadinho)

A Segunda Secretária



(Delmira Silva)

-----ANEXOS:-----